

V NOVEMBRO NEGRO  
VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
DE DIREITOS HUMANOS  
| FÓRUM DE LETRAMENTO RACIAL | 2025

**PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAL NA  
AMAZÔNIA BRASILEIRA: relato de experiência em uma escola pública no  
estado do Amapá**

*Carla Rejane Gomes Barreto - UNIFAP<sup>1</sup>  
Ana Cristina de Paula Maués Soares - UNIFAP<sup>2</sup>*

Este texto versa sobre as práticas educativas no bojo das relações étnico-raciais. A escrita envolve reflexões obtidas ao longo do curso de mestrado que se somam as experiências em sala na educação básica no estado do Amapá da autora principal deste resumo. A metodologia dotada recorreu a levantamento bibliográfico, documental e a consulta ao diário de campo. O objetivo geral centra-se em promover o reconhecimento das desigualdades e promover educação antirracista no ambiente escolar. Nesse sentido, os objetivos específicos consistem em estimular o comprometimento com a justiça social e refletir sobre os desafios que atravessam a consolidação de uma educação antirracista. Nas atividades desenvolvidas com alunos do ensino fundamental, observou-se necessário, inicialmente reconhecer a diversidade multicultural e as identidades dos povos afro-brasileiros e indígenas no contexto escolar. Segundo Valle (2009), apenas ao tornar visíveis as desigualdades são possíveis construir uma escola comprometida com práticas mais justas e democráticas, capazes de enfrentar os mecanismos de exclusão. A diversidade da história oral e das memórias possibilita que os estudantes reflitam sobre suas identidades, relacionando-as aos saberes de povos que, com lutas e resistências, formaram a sociedade brasileira. Nesse cenário, as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, bem como as práticas de letramento racial, são fundamentais para o desenvolvimento das atividades. Assim, reconhece-se que essas políticas buscam revalorizar a história e a cultura afro-brasileira e indígena, favorecendo práticas pedagógicas que enfrentem desigualdades e assegurem o acesso ao conhecimento. Por fim, a partir de nossa experiência observou-se que a aplicabilidade das leis exige compreender como os estudantes podem se autoidentificar a partir das histórias e saberes de seus ancestrais, muitas vezes invisibilizados por não seguirem padrões hegemônicos. A valorização dessas memórias defende a criação de cidadãos conscientes, críticos e ativos na luta contra o racismo, legitimando saberes ancestrais como parte essencial da identidade brasileira.

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Política na Universidade Federal do Amapá (PPCULT-UNIFAP). Graduada em Licenciatura plena em Educação Física pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA-CE). Pesquisadora negra nortista natural do estado do Amapá, dedica-se à temática sobre identidade cultural, memória, história e educação antirracista.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais. Vice Reitora da Universidade Federal do Amapá (2022-2026) e Professora do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Política (PPCULT).

V NOVEMBRO NEGRO  
VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
DE DIREITOS HUMANOS  
| FÓRUM DE LETRAMENTO RACIAL | 2025



**Palavras-chave:** Educação antirracista; Identidade cultural; Povos afro-brasileiros.

### Referências

VALLE, Ione Ribeiro. **Uma escola justa contra o sistema de multiplicação das desigualdades sociais.** *Educar em Revista*, Curitiba, n. 34, p. 17-34, 2009.